

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Tomada de Posição - 2024

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Educação Não-Formal	4
3. Distinção entre Educação Não-Formal, Educação Informal e Educação Formal	5
4. De que forma é que a educação não-formal pode contribuir para a aprendizagem/competências relevantes para o futuro dos jovens	7
5. Onde pode ser aplicada	8
5.1. Meio Escolar	8
5.2. Organizações da Sociedade Civil	8
5.3. Locais de trabalho	8
5.4. Governo e Poder Público	9
6. Propostas	10
Referências Bibliográficas	11

1. Introdução

Nos anos 90 a atenção dedicada à Educação Não Formal (ENF) era parca, sendo considerada uma provisão educacional fora do sistema nacional. Nos últimos anos, o caminho tem sido diferente e a ENF tem granjeado um progressivo reconhecimento.

O Conselho Nacional de Juventude (CNJ) olha para o desenvolvimento da primeira Tomada de Posição sobre a ENF como um processo de criação conjunta dos vários atores pertinentes, em particular as Organizações Membro (OOMM). A presente tomada de posição procura oferecer uma reflexão sobre o conceito de educação não formal e de que forma esta contribui para a melhoria das aprendizagens dos jovens, em particular, e da sociedade, no geral.

2. Educação Não-Formal

A Educação Não Formal destaca-se pela sua flexibilidade no que concerne ao seu currículo e à sua metodologia. As necessidades e os interesses das pessoas são colocados no centro. Nesta metodologia é privilegiada a promoção do desenvolvimento de competências transversais. Surge, por isso, como oferta educativa que apresenta características não formais específicas, diferentes da educação formal, por um lado, e da educação informal, por outro. Este modelo foca-se menos na memorização e mais na aplicação de conhecimentos através de experiências reais, promovendo um crescimento integral e multidimensional que complementa a aprendizagem formal.

Podemos, assim, caracterizar a ENF da seguinte forma:

- Pode ou não ter uma estrutura pré-definida (ex. sequência ou objetivos delimitados);
- É percebida pelas pessoas participantes como geradora de aprendizagens;
- Implica motivação intrínseca para a / e intencionalidade na aprendizagem por parte das pessoas participantes;
- Por norma, é de cariz voluntário para as pessoas participantes;
- Pode decorrer em instituições de natureza educativa;
- Por norma, não possui reconhecimento formal de qualificações;
- Envolve elementos cognitivos, emocionais, sociais, atitudinais e comportamentais;
- Pode complementar o currículo formal ou incidir em elementos não estruturados e formalizados do currículo;
- É focada na pessoa aprendente e nas suas necessidades.

3. Distinção entre Educação Não-Formal, Educação Informal e Educação Formal

A educação informal, comum nas interações com os outros (e.g., amigos, família), não segue um plano específico, pode acontecer em qualquer contexto e a aprendizagem não é um processo consciente. A educação não formal é um processo educativo organizado, mas fora dos sistemas formais de ensino, que visa desenvolver competências, conhecimentos, valores e atitudes. Este tipo de educação ocorre em diversos contextos, como associações juvenis, grupos comunitários, organizações desportivas, culturais ou escotistas, e é frequentemente caracterizado pela sua flexibilidade, informalidade e foco na experiência prática.

A educação formal é um modelo educacional estruturado e hierárquico (e.g., baseado em objetivos de aprendizagem que se organizam em progressões lineares), caracterizado por obedecer a uma metodologia e conteúdos específicos. Habitualmente, envolve um professor e alunos, no seio de uma instituição formal, e resulta na obtenção de um diploma ou grau académico. Não é prioridade a consideração das subjetividades de cada pessoa e nem sempre é facilitada e incentivada a participação dos alunos.

No contexto português, verifica-se uma hegemonia que a instituição e o modelo escolar assumiram de forma (quase) inquestionável. Como tal, todo o conjunto de práticas sociais que ocorriam em diferentes formas de interação, noutros contextos e momentos de vida, foram, durante muito tempo, relegadas para o domínio do não educativo.

Compreendermos que a educação não formal pode contribuir para o desenvolvimento de um pensamento coletivo sobre a conceção de um currículo eficaz e a estruturação da aprendizagem nas escolas. Ainda que a educação, o currículo e a aprendizagem tenham áreas consideráveis de sobreposição, a aprendizagem pode ocorrer à margem ou fora das disposições curriculares formais - o espaço não formal [tal como ilustra a figura 1].

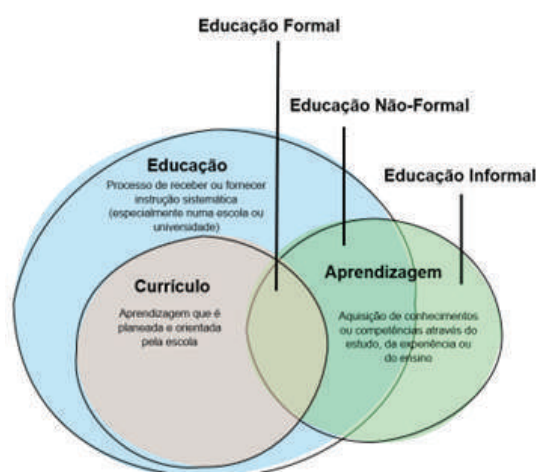


Figura 1 traduzida e adaptada de Johnson e Majewska (2022)

O que se tem vindo a verificar é que a ENF se situa num continuum de aprendizagem, entre a aprendizagem formal e a aprendizagem informal (UNESCO, 2006, cit. Rogers, 2019: 516), tendo cada vez mais visibilidade inclusive em documentos de políticas educativas, a nível supranacional e internacional (e.g., UNESCO, OCDE, União Europeia).

O que se sugere é, de facto, um "continuum educativo que cobre todo o ciclo vital, [onde] se integram e se articulam processos formais (cujo protótipo é o ensino dispensado na escola), processos não formais (marcados pela flexibilidade de horários, programas e locais, em regra de carácter voluntário, sem preocupações de certificação e pensados "à medida" de públicos e situações singulares) e processos informais (correspondentes a todas as situações potencialmente educativas, mesmo que pouco ou nada organizadas ou estruturadas)" (Canário, 2006: 161).

Como se percebe, o grau de estruturação, de intencionalidade (de quem participa e de quem organiza), a consciência da aprendizagem e a tentativa de equilibrar a diversidade de dimensões envolvidas na aprendizagem humana parecem surgir como elementos importantes na literatura mais recente sobre ENF.

Uma desvantagem é a falta de certificação formal, o que pode dificultar o reconhecimento desta aprendizagem em certos contextos.

4. De que forma é que a educação não-formal pode contribuir para a aprendizagem/competências relevantes para o futuro dos jovens.

- **Complemento da Educação Formal:** A educação não-formal deve complementar o currículo escolar, aprofundando temas de interesse dos jovens e oferecendo oportunidades de aprendizagem que não são possíveis no ambiente escolar.
- **Desenvolvimento de Competências Socioemocionais:** Através de atividades em grupo, projetos colaborativos e vivências em comunidade, os jovens desenvolvem habilidades (skills) como empatia, comunicação, trabalho em equipa, liderança e resolução de conflitos, competências altamente valorizadas no mercado de trabalho e na vida em sociedade.
- **Aprendizagem Ativa e Experimental:** A educação não-formal estimula a aprendizagem ativa, permitindo que os jovens sejam protagonistas do seu processo de aprendizagem. Através de projetos práticos, workshops e outras atividades, eles têm a oportunidade de aplicar os seus conhecimentos e desenvolver habilidades de forma mais significativa.
- **Desenvolvimento da Cidadania:** A participação em atividades de educação não-formal fomenta o senso de comunidade e o compromisso com causas sociais. Os jovens aprendem a exercer os seus direitos e deveres, a participar na vida política e a contribuir para a construção de um mundo mais justo e equitativo.
- **Adaptabilidade e Criatividade:** Num mundo em constante transformação, a capacidade de se adaptar a novas situações e de pensar de forma criativa é fundamental. A educação não-formal oferece um ambiente propício para o desenvolvimento dessas habilidades, estimulando a curiosidade, a experimentação e a procura por novas soluções.

5. Onde pode ser aplicada

5.1. Meio Escolar

- Complemento ao Currículo: Enriquecimento do currículo escolar, oferecendo atividades extracurriculares que exploram temas não abordados em profundidade nas aulas regulares.
- Projetos Interdisciplinares: Promover projetos que integram diferentes áreas do conhecimento, estimulando a curiosidade e a criatividade dos alunos.
- Preparação para a Vida Profissional: Oferece workshops e cursos que desenvolvem habilidades técnicas e socioemocionais, preparando os jovens para o mundo laboral.
- Participação Estudantil: Fomentar a participação dos alunos na gestão da escola, incentivando o desenvolvimento do senso de responsabilidade e liderança.

5.2. Organizações da Sociedade Civil

- Associações Juvenis, Estudantis, Escotistas, Juventudes Partidárias e Organizações Sindicais, associações populares, nomeadamente, associações de bairro, associações desportivas, comissões de utentes e comissões moradores: Oferecem espaços para os jovens se organizarem, debaterem temas relevantes e desenvolverem projetos sociais e participação cívica/política.
- ONGs: Realizam projetos de educação ambiental, direitos humanos, cidadania e outros temas, promovendo a conscientização e a participação social.
- Centros Culturais: Organizam workshops, cursos e eventos culturais, estimulando o desenvolvimento artístico e cultural dos jovens.

5.3. Locais de trabalho

- Programas de Estágio: Oferecem oportunidades para os jovens desenvolverem habilidades profissionais e conhecerem o mercado de trabalho.
- Programas de Voluntariado Corporativo: Incentivam os jovens a se envolverem em projetos sociais, desenvolvendo o senso de responsabilidade social.

5.4. Governo e Poder Público

- Políticas Públicas: O governo pode implementar políticas públicas que incentivem a ENF, investindo em recursos e criando um ambiente favorável para o desenvolvimento de projetos.
- Programas Sociais: Oferecem programas de educação para jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo a inclusão e o desenvolvimento.

6. Propostas

Posto isto, e valorizando a Educação Não Formal no currículo dos jovens, o CNJ propõe:

1. Criar um Sistema Nacional de Reconhecimento e Validação de Competências adquiridas através da ENF, permitindo a certificação formal dessas habilidades[1];
2. Estabelecer um Fundo Nacional de Apoio à ENF, destinado a financiar projetos inovadores e sustentáveis de organizações que trabalham com Educação não Formal[2];
3. Implementar uma Campanha Nacional de Sensibilização sobre a importância da ENF, visando aumentar a compreensão pública e o reconhecimento do seu valor[1];
4. Fomentar a inclusão da metodologia de ENF como critério de avaliação no Programa Formar+ do IPDJ;
5. Criar uma Plataforma Digital de Mapeamento e Divulgação de iniciativas/boas práticas de ENF, facilitando o acesso e a participação dos jovens[1][2];
6. Estabelecer parcerias formais entre IES e organizações de ENF para promover a integração de práticas não-formais nos currículos académicos[2][3];
7. Promover a inclusão de Educação não Formal nas horas de formação profissional, já obrigatória no contexto laboral;
8. Estabelecer um Programa de Intercâmbio Internacional focado em ENF, promovendo a troca de experiências e o alinhamento com padrões europeus[2];
9. Implementar um Selo de Qualidade para entidades de ENF, reconhecendo e valorizando as organizações que atendem a critérios específicos de excelência[1];
10. Estas propostas visam abordar as principais dificuldades identificadas, como a falta de reconhecimento, desigualdade no seu acesso e barreiras à participação, promovendo assim um ambiente mais favorável para o desenvolvimento e valorização da Educação Não Formal em Portugal.

Referências Bibliográficas

- [1] [PDF] O PAPEL DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NO PROGRAMA DA INCLUSÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESCOLHAS
https://migrant-integration.ec.europa.eu/sites/default/files/2014-05/docl_41649_522806641.pdf
- [2] [PDF] EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: ENTRE A FORMAÇÃO E A INTERVENÇÃO <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/download/3919/2949>
- [3] Educação não-formal. Um contributo para a compreensão do conceito e das práticas em Portugal <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/705>
- [4] [PDF] Educação não formal: perceções e potencialidades formativas
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/25572/1/document-6.pdf>

